

configuração da identidade negra, africana e portuguesa e das suas múltiplas possibilidades.

O jovem negro é sujeito de uma singularidade e alteridade que exige situá-lo concretamente também nas suas microrrealidades: a da família, a da vizinhança, a de grupos, a da cidade, a de Portugal e ainda as de outras sociedades e culturas com as quais está em contacto, inclusive pelos *media*. Nesse contexto, ao resgatar-se o que há de específico e o que há de mais geral, a questão das categorias retorna como delas decorrentes, ou seja, mais do que construir uma contra-argumentação teórica e com ela olhar a realidade, o caminho de um pensamento crítico embebeda--se da realidade concreta para daí fazer emergir as suas categorias explicativas. Trata-se, portanto, da possibilidade de se falar de «culturas juvenis negras» no plural, não pela forma, se não que pelo seu conteúdo. É preciso, pois, ir além do consumo cultural, além da música africana e negra como expressão mais geral, para então adentrar os mecanismos de construção identitária ou as muitas identidades negras possíveis num mesmo espaço, tempo e lugar. Contador revela-nos um ângulo entre muitos outros e, como ele próprio o faz, reafirma a importância da dimensão simbólica das culturas juvenis negras como processo e produto de uma ordem social globalizada.

*António Costa Pinto, O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, 112 páginas.

Quando, em Fevereiro de 1965, Oliveira Salazar proferiu a célebre expressão «orgulhosamente sós», estava criado um verdadeiro mito a propósito da situação internacional do Estado Novo, mito esse que perdurou ao longo de várias décadas e que, inclusivamente, veio a sobreviver ao próprio regime, derrubado em Abril de 1974. Na verdade, os estudos e análises da política externa portuguesa surgidos desde então confrontaram-se, de forma inevitável, com as palavras de Salazar. A divulgação e consolidação deste mito beneficiou não só do discurso oficial do regime e da propaganda do Estado Novo, mas também da sua coincidência com um dos principais tópicos do discurso das oposições ao regime, preocupadas em salientarem o seu anacronismo e o seu desfazamento com as realidades políticas e culturais do mundo ocidental, o seu desfazamento, enfim, com o processo de descolonização por que passara a Europa desde o pós-guerra.

É este mito do «orgulhosamente sós» que o mais recente livro do historiador António Costa Pinto veio desfazer de uma vez por todas. Em *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Costa Pinto demonstra de forma inequívoca

que o Estado Novo cultivou deliberadamente «a imagem de uma nação isolada no seu combate pela civilização ocidental em África», promovendo um «retrato a preto e branco do seu posicionamento internacional». Só que, na realidade, «este isolamento foi bem menor do que a oposição ao salazarismo desejaria». No que respeita aos aliados de Portugal, apenas os Estados Unidos, «sobretudo durante os anos iniciais da administração Kennedy, ensaiaram uma pressão activa para a descolonização de Angola», tendo Portugal beneficiado de uma «neutralidade colaborante» dos seus principais aliados, como a França, a Grã-Bretanha e a República Federal da Alemanha (p. 13).

O livro de António Costa Pinto aborda esta temática com bastante detalhe, dedicando-lhe todo o primeiro capítulo, intitulado «A guerra colonial e a cena internacional». Neste sentido, merecem especial destaque por parte do autor a relação bilateral entre Portugal e os Estados Unidos, os debates em torno da questão colonial portuguesa no seio da Organização das Nações Unidas e aquilo que o autor designa por «precioso escudo da NATO» (p. 27). No primeiro caso, António Costa Pinto salienta sobretudo o período da administração Kennedy, durante o qual os «embates» entre os Estados Unidos e Portugal se teriam sucedido a propósito da questão colonial. Este confronto deveu-se a «uma mudança da política africana dos EUA» e resultou «numa escalada sem precedentes na pressão a favor da descolonização

dos territórios portugueses» (p. 16). Costa Pinto passa em revista alguns dos episódios mais significativos desta conjuntura, constatando, porém, que no final do ano seguinte, com o aproximar do fim do prazo para a presença norte-americana nos Açores, «já era nítida a nova moderação norte-americana perante o problema colonial português» (p. 19). Nas Nações Unidas encontrou o governo de Salazar «o principal campo de batalha diplomática contra o colonialismo português» (p. 20), através das constantes resoluções debatidas (mas nem sempre aprovadas) quer no Conselho de Segurança, quer na Assembleia Geral. Apesar de tudo, também aqui Costa Pinto reconhece que essas resoluções acabaram por ter «pouco impacto real no dia a dia da guerra» (p. 20). Uma vez mais o período crítico parece ter coincidido com a administração Kennedy nos Estados Unidos, uma vez que, a partir de 1963 e 1964, Portugal conseguiu recuperar «algum discurso, se não de apoio directo às suas posições, pelo menos de crítica aos excessos de algumas acusações, de moderação ou eliminação de sanções e de apelo ao diálogo» (p. 23). Quanto à Aliança Atlântica, de que Portugal, como se sabe, fazia parte desde a fundação, o autor considera que esta foi «um poderoso instrumento de estabilidade da ditadura portuguesa» e, no caso concreto das guerras coloniais, «um escudo protector na sua derradeira aventura colonial» (p. 27). Tudo isto contribuiu para que a guerra colonial portuguesa se tivesse tornado «uma

guerra discreta no campo internacional» (p. 24), situação que não se terá alterado mesmo durante o consulado marcelista.

O segundo capítulo da obra debruça-se sobre a guerra colonial propriamente dita e sobre o seu impacto no regime vigente em Portugal, enquanto o seu capítulo final aborda a transição para a democracia e a descolonização. Nestes capítulos é notória a preocupação do autor em relacionar a questão dos regimes políticos com a da descolonização. Enquanto durante o Estado Novo, mais do que o «interesse económico em manter o sistema colonial», terão sido a «natureza ditatorial do sistema político» e a «ideologia nacionalista do Estado Novo» a impor a «resistência à descolonização» como «opção da elite política dominante e do ditador» (p. 86), já após 1974 terão sido a «queda da ditadura» e a «natureza da transição para a democracia na metrópole» a proporcionar uma «descolonização rápida do último império colonial europeu» (pp. 87-88). Costa Pinto reconhece que «várias democracias desenvolveram guerras coloniais após 1945». No entanto, conclui também que, no caso português, «a estarem presentes alguns factores de democratização, estes teriam levado seguramente a uma mais rápida solução negociada do problema colonial». Por conseguinte, a «explicação da longa duração da guerra colonial portuguesa» pode encontrar-se na «própria natureza ditatorial do regime político português nessa época», sobretudo depois do «falhanço» da ten-

tativa de derrubar Salazar «por uma parte da hierarquia das forças armadas» em 1961 (p. 45). Por paradoxal que pareça, acabou por ser a própria guerra colonial a principal responsável pela «forma específica como a ditadura foi derrubada em Portugal», ou seja, pelo protagonismo das forças armadas nesse mesmo derrube (p. 65). O entendimento pleno do modo como se processou a descolonização portuguesa tem, assim, de ser feito dentro do contexto de convulsão política e de transição para a democracia que se verificava em Portugal. Essencial nesse processo foi o afastamento, alguns meses depois da revolução, do general Spínola e do seu projecto de descolonização, que passava por «uma opção referendária, procurando terceiras vias alternativas aos movimentos de libertação e acolhendo as esperanças das comunidades brancas locais». No entanto, a «opção spinolista» só seria viável mediante a existência de «um poder metropolitano forte e uma estratégia negocial escorada na força militar». Nenhuma destas condições esteve presente, quer antes, quer depois do 28 de Setembro e do afastamento de Spínola. A partir daqui, «para além da pressão internacional e dos movimentos de libertação», triunfava uma «vontade global de descolonização rápida [...] que caracterizava um segmento importante dos actores políticos da época, do MFA aos partidos de centro-esquerda». Como conclui António Costa Pinto, citando o historiador britânico Norrie MacQueen, opera-

va-se assim «uma compressão dramática do *timing* do fim do império» (p. 67).

No entanto, esta preocupação com a articulação entre a situação política interna e a questão colonial coexiste em toda a obra com a atenção prestada ao contexto internacional, às condicionantes externas do duplo processo de resistência à descolonização e de «descolonização» propriamente dita. Esta dimensão «internacionalizante» ou «contextualizante» do problema colonial português rompe definitivamente com uma visão mais «paroquial» da nossa questão colonial e encontra-se, aliás, anunciada no próprio subtítulo da obra. Por outro lado, é também dedicada uma atenção muito especial aos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas, desde o «despertar do anticolonialismo» (p. 36) e a «fundação dos movimentos independentistas» (p. 38) até à análise, caso a caso, do seu papel no processo de descolonização (pp. 67 e segs.), passando, evidentemente, pelos anos da «luta armada» (pp. 41 e segs.).

Integrada na colecção «Temas de História de Portugal», da responsabilidade de Isabel Cluny e Nuno Gonçalo Monteiro, e editada pela Livros Horizonte, a obra representa um notável esforço de síntese de um dos temas e períodos mais complexos da história portuguesa recente, tanto mais que o autor não se limitou a cotejar a produção bibliográfica portuguesa sobre o tema, mas trouxe também à colação um extenso rol de

obras sobre esta temática elaboradas por autores estrangeiros e publicadas sobretudo nos Estados Unidos da América e na Inglaterra. Este aspecto merece, sem sombra de dúvida, um destaque especial e constitui um dos méritos da obra. Costa Pinto ultrapassa definitivamente a espécie de «tabu» que constituíam as obras de autores estrangeiros sobre a questão colonial portuguesa, recorrendo a uma extensíssima bibliografia internacional, de autores maioritariamente anglo-saxónicos, mas também franceses e de outras nacionalidades. Se o objectivo da nova colecção é o de fornecer aos leitores um conjunto de «textos que, de forma sistemática e didáctica, dêem a conhecer os pontos de vista recentes, por vezes contrapostos, sobre as grandes questões da história do nosso país», pode dizer-se que este primeiro número cumpre de forma exemplar tal desiderato.

LUÍS NUNO RODRIGUES

*Bartolomé Bennassar e Richard Marin, História do Brasil, 1500-2000*, Lisboa, Teorema, 2000, 589 páginas (trad. Serafim Ferreira).

Desde 1992 o mercado livreiro europeu tem vindo a ser invadido por títulos que de algum modo pretendem assinalar/aproveitar o 5.º centenário